

A crise que ronda o mundo

Lula:

“Crise não atinge o Brasil!”

A crise entre o governo e o movimento operário vai aumentar. Ao lado, manifestação dos operários das fábricas ocupadas (antes da intervenção judicial) exigindo de Lula uma solução para salvar 1000 empregos



• FUNDO DA QUESTÃO

Ferrovias: Trem bala de que calibre?

PÁGINA 4

• FÁBRICAS OCUPADAS

Frente única reacionária para destruir o movimento das fábricas ocupadas

PÁGINA 5

• CRISE FINANCEIRA

No fundo da bolha

PÁGINAS 6 e 7

• INTERNACIONAL

México: Liberdade a todos os presos políticos

PÁGINA 9

• INTERNACIONAL 2

Venezuela: A Reforma e a Revolução na Venezuela

PÁGINAS 10 e 11

• FORMAÇÃO

Assinaram Trotsky há 67 anos, mas o marxismo revolucionário vive!

PÁGINA 12

• EDITORIAL

Lula, Mantega e o “capitalismo num só país”

Como previmos na Resolução Política da Conferência da Esquerda Marxista, em Abril, a crise norte-americana começou com a explosão da bolha imobiliária e já atinge todo o mundo. Que ninguém se engane. As declarações de Lula e Mantega garantindo a “blindagem” do Brasil por causa da enorme disponibilidade de dólares em caixa são apenas bobagens e discurso para tentar acalmar o mercado. Não há “capitalismo em um só país”. O capitalismo é um sistema mundial único e os EUA, ao mesmo tempo em que concentram em si toda a força, integram também em si mesmo todas as contradições e perigos da bancarrota deste sistema social miserável.

Enquanto Lula e seu ministro do Planejamento dizem bobagens, a vida real continua. Desde Maio, após os primeiros sinais de problemas nos mercados, os investidores estrangeiros já vinham desmontando posições no Brasil. Na Bolsa de Mercado-

rias & Futuros (BM&F), a posição dos investidores internacionais em dólar caiu de US\$ 17,826 bilhões para US\$ 1,328 bilhões, de maio a agosto.

Os bancos também fizeram uma redução drástica nas captações de curtíssimo prazo, que estavam financiando operações de arbitragem entre as altas taxas de juros domésticas e no exterior. A posição vendida dos bancos em câmbio passou de US\$ 15,790 bilhões para US\$ 2,740 bilhões entre maio e julho¹. Ou seja,

O Financial Times, o mais prestigioso jornal financeiro do mundo afirma que “após uma alta prolongada, os eventos ainda não dão nenhuma grande razão para temer um mercado em baixa”, mas que “essa correção pode se transformar em algo pior. Os mercados emergentes podem sofrer mais do que os outros, mas isso vai depender principalmente dos países desenvolvidos e particularmente dos Estados Unidos e de seu mercado de crédito”. Há

evidentemente um esforço para acalmar os especuladores, mas as declarações não podem esconder a realidade. Mesmo que eles encontrem mecanismos imediatos de postergar a crise imensa que se gesta no ventre do monstro, eles não podem resolvê-la.

As massas continuam lutando e a situação continua alimentando a conjuntura revolucionária que varre as Américas. No Brasil a crise se esconde sob o tapete das imensas inversões de capital internacional e das medidas de ampliação artificial do crédito, mas ela se desenvolve e isto acentua o caráter reacionário do Governo de Coalizão, que avança novas e mais duras medidas contra o povo. É por isso que se expande a criminalização dos movimentos e os ataques.

Acontece que estamos vendo como contrapartida um aumento das mobilizações e das dificuldades do governo e da direção do PT para controlar o movimento operário. Dois exemplos

são: O Encontro sindical do PT (organizado burocraticamente e de cúpula) onde o governo Lula foi profundamente criticado e Marinho teve que cancelar sua presença. E a presença de mais de vinte mil manifestantes levados pela CUT a Brasília, em 15/08/07, com reivindicações justas e todas diretamente contra o governo e sua coalizão.

Como conclusão podemos afirmar que, sob pressão das bases, a crise entre o governo e o movimento operário vai aumentar. A única política que interessa à classe trabalhadora é a luta pelo socialismo, pela ruptura do governo de coalizão e pelas reivindicações. As campanhas da Esquerda Marxista (Tirem as mãos da Venezuela; contra o pretenso “Estatuto da Igualdade Racial”; Pelo Fim da Intervenção nas Fábricas Ocupadas e outras) encontram nesta situação muito oxigênio e se desenvolvem positivamente para ajudar a abrir uma saída para a classe trabalhadora.

1 - Quando um banco faz um contrato de compra para adquirir moeda estrangeira (por exemplo, dos exportadores) ele aumenta sua “posição comprada”. E quando faz um contrato de venda para entregar no futuro certos valores em moeda estrangeira se diz que ele aumentou sua “posição vendida”.

DEMISSÃO DE SINDICALISTAS

Campanha de solidariedade contra as demissões

No dia 10 de junho de 2007 os metalúrgicos das cidades de Garuva e Itapoá, no nordeste de Santa Catarina, cidades distantes de Joinville cerca de 40 km, realizaram assembléia geral e fundaram o Sindicato dos Metalúrgicos.

Além dos trabalhadores destas cidades estiveram presentes na assembléia vários dirigentes de sindicatos da categoria da região, contrários à fundação da entidade, mas não resistiram à vontade da categoria da base territorial, que estava decidida a se organizar.

No dia seguinte os dirigentes eleitos do novo sindicato se dirigiram às empresas onde mantém o vínculo de emprego, para formalmente comunicar a fundação do sindicato e a sua eleição para a primeira direção.

Um dia depois, receberam o comunicado da demissão. Foram demitidos o presidente eleito Edson da Silva, o vice-presidente Francisco Lanzzarín, um membro do conselho fiscal Sebastião Inácio Filho, ambos da empresa Marcegaglia do Brasil, e José Wilson dos Santos, tesoureiro, da empresa Siloé Cerise.

Todos estes trabalhadores já entraram com processo na justiça do trabalho, e estão aguardando a decisão sobre o pedido de reintegração.

Campanha de e-mails pedindo a reintegração dos companheiros

No caso dos trabalhadores Edson da Silva, presidente, vice-presidente Francisco Lanzzarín, membro do conselho fiscal Sebastião Inácio Filho Marcegaglia do Brasil - vendas@marcegaglia.com.br
Juiz do Trabalho César Nadal Souza - 1vara_jve@trt12.gov.br
No caso do trabalhador José Wilson dos Santos, tesoureiro
Juiz do Trabalho Antonio Silva do Rego Barros - 5vara_jve@trt12.gov.br

EDUCAÇÃO

Professores voltam às ruas de SP

No dia 24 de Agosto mais de 10 mil profissionais da educação pública do estado de São Paulo se concentraram na Praça da Sé, em sua grande maioria professores vindos de várias cidades do Estado. O descontentamento da categoria é generalizado frente ao descaso do governo de José Serra (PSDB).

Com um salário absolutamente desvalorizado, um professor de 1ª à 4ª série ganha um salário de R\$ 668,09 para uma jornada de 24 aulas semanais, esse valor sobe para R\$ 915,50 com as gratificações que não contam para os aposentados. Os professores ainda precisam enfrentar péssimas condições de trabalho, com salas superlotadas, falta de estrutura, etc. O governo não senta pra negociar um reajuste salarial, ignorando a data-base (1º de março), e lança uma série

de medidas pra conter o movimento, mas que no fundo, para os professores, nada resolve.



Professores do Estado de SP lotam o centro da cidade em 24/AGO para exigir melhor condição de trabalho

A secretária de educação anuncia novas gratificações (e não reajuste salarial) para coordenadores pedagógicos, vice-diretores e diretores de escola, supervisores de ensino e secretários de escola, nada para os professores, que continuarão com o mesmo e ano pra ano, e como ele é referente à frequência do ano de 2007, se ao final do ano, pelas contas deles, o bônus dado for maior do que o que temos direito, a diferença será descontada no salário de dezembro.

ridículo salário, receberão sim algumas migalhas: podem tirar uma parte da licença-prêmio (conseguida depois de 5 anos de serviço) em dinheiro e um adiantamento do bônus que seria recebido em 2008 em 4 parcelas nesse ano, o detalhe é que ninguém sabe como esse bônus é calculado, variando o valor de ano pra ano, e como ele é referente à frequência do ano de 2007, se ao final do ano, pe-

las contas deles, o bônus dado for maior do que o que temos direito, a diferença será descontada no salário de dezembro.

cia do ano de 2007, se ao final do ano, pelas contas deles, o bônus dado for maior do que o que temos direito, a diferença será descontada no salário de dezembro.

O coletivo de professores "Sindicato é Pra Lutar" têm colado em diversas escolas cartazes que mostram a desvalorização de mais de 240% em nosso salário desde 1979. O sindicato da categoria, a APEOESP, não faz uma propaganda dessas informações para mobilizar a categoria, as diversas traições da direção sindical também atrapalham na mobilização. Foi chamada uma assembléia geral para 14 de setembro com indicativo de greve, é preciso unir os professores para construir essa greve, não deixar brecha para a direção dar pra trás na hora "h". É preciso impor uma derrota a esse governo que só sabe suacitar a educação pública!

DEBATE SOBRE AS FUNDAÇÕES

A Fundação Estatal explicada pelo Governo

Nesta entrevista que transcrevemos apenas trechos, o secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Francisco Gaetani, diz ao Jornal EM QUESTÃO (editado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República/ nº 41 - Brasília, 17 de agosto de 2007), que com a Fundação Estatal, a intenção do governo é tornar o gasto mais eficiente e oferecer serviços de melhor qualidade para a população. Entretanto, fica evidente o combate do governo pela destruição do serviço público:

EQ - Por que instituir novamente a fundação estatal no serviço público federal?

FG - Existe uma série de atividades que o governo desenvolve - que não são seu mono-

pólio - que são mais bem executadas por modelos organizacionais que obedecem à dinâmica do direito privado. Este permite que organizações públicas capturem recursos e os reinvestam. O regime de trabalho proporcionado pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é mais flexível. A modernização tecnológica é mais natural. Enfim, o direito privado permite maior capacidade de adaptação das organizações públicas ao dinamismo da realidade e do mercado de trabalho. O regime estatutário não é o mais adequado para instituições como hospitais, museus, centros culturais, instituições de pesquisa e várias outras que precisam funcionar de forma mais ágil, eficiente e flexível.

EQ - Como será a captação de recursos para o funcionamento das fundações?

FG - Essas instituições não farão parte do orçamento da União. Os recursos serão repassados a elas mediante a prestação de serviços e o cumprimento de certas metas. Além disso, podem captar recursos fora.

EQ - O regime da CLT vai permitir maior valorização do funcionário pelo desempenho?

FG - Por que nas empresas é mais fácil encontrar avaliação por desempenho e promoções por mérito? Porque há mais flexibilidade. Surge-nos a oportunidade de competirmos com o mercado em melhores condições através da oferta de remuneração adequada. O que acontece com os salários do serviço públi-

co, em geral? Na base, ele paga bem melhor que o mercado; no nível intermediário, razoavelmente melhor e nos níveis mais altos, bem pior que o mercado.

EQ - Essa flexibilidade também vai permitir que funcionários com mau desempenho sejam demitidos?

FG - Um dos desafios da administração pública federal é estruturar bons sistemas de avaliação de desempenho. No regime celetista, é mais comum encontrarmos empresas com bons sistemas desse tipo. O foco não é a possibilidade de demissão - embora isso seja previsto por nossa legislação trabalhista, mas sempre sujeito às restrições dos acordos coletivos e das garantias dos direitos dos trabalhadores.

ASSINE **LutadeClasses**

Jornal da Esquerda Marxista do PT
Pela reconstrução da 4ª Internacional

12 N°s - R\$ 30,00
24 N°s - R\$ 55,00
24 N°s - R\$ 100,00 (solidário)

Peça sua assinatura por carta, telefone ou e-mail.
Av. Santa Marina, 440, cj.04 - Água Branca, São Paulo, SP-CEP: 05036-000
Fone: (11)3615-2129 e-mail: secretariaot@terra.com.br home: www.marxismo.org.br

VALE DO RIO DOCE

O significado da privatização da Vale

A entrega da Vale ao setor privado foi mais uma medida de desmonte do Estado, de destruição dos serviços públicos. Mas não só: significa especialmente que reservas minerais estratégicas fogem do controle estatal, em detrimento da soberania nacional.

A campanha nacional 'Vale é Nossa', composta pelas entidades e movimentos sociais mais representativos do país, realiza plebiscito de anulação da privatização de 1º a 7 de Setembro de 2007.

A Vale do Rio Doce foi privatizada em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, pela bagatela de 3,3 bilhões de reais, na época em que seu patrimônio era calculado em 92,64 bilhões de reais.

Os jornais especializados já publicaram informação de que somente no primeiro semestre de 2007 o lucro da Vale bateu recorde de 10,937 bilhões, quase 80% maior que no mesmo período de 2006, fato que revela a irregularidade na avaliação da empresa na época da privatização.

A inclusão da Vale do Rio Doce no Programa Nacional de Desestatização, no governo FHC, apresentava como fundamento a amortização da dívida pública interna e externa, Mais uma mentira dos tuca-nos. Em 1995 a dívida pública interna era de 60 bilhões de

reais, que ao final do mesmo governo bateu na casa dos 687 bilhões, circunstância que manifesta as reais intenções da privatização.

A entrega da Vale ao setor privado foi mais uma medida de desmonte do Estado, de destruição dos serviços públicos. Mas não só: significa especialmente que reservas minerais estratégicas fogem do controle estatal, em detrimento da soberania nacional.

Intertítulo: Informações da cartilha do movimento nacional 'A Vale é Nossa'

O processo de privatizações se inicia com a 1ª Carta de Intenções do Fundo Monetário Internacional (FMI), de janeiro de 1983, que impõe a redução de gastos públicos, a elevação de preços (alinhamento, redução de subsídios) e a redução da intervenção do Estado na economia, ou seja, as privatizações.

O texto desta Carta de Intenções registra que "parte substancial do ajuste econômico caberá às empresas do Governo (...) Torna-se necessário, durante 1983 e em anos subsequentes, um corte substancial



FEAB, MST, UNE e diversas entidades promovem ato exigindo a anulação do Leilão de Privatização da CVRD.

no dispêndio global dessas empresas (...)

Deve-se reduzir o número das empresas governamentais e ajustá-las às regras do mercado (...) Igualmente importante será um endurecimento substancial na política de gastos das empresas estatais".

Por sua vez, a Carta de Intenções de setembro de 1983 fala da "redução no volume de despesas das empresas estatais", concluindo que "um grande corte nos investimentos é inevitável", ou seja, fica evidenciada a interpretação do FMI de que o investimento em estatais é considerado como "despesa". O corte de investimentos das estatais, além de trazer prejuízos para essas empresas, constitui medida de caráter recessivo.

Anexo do Memorando Técnico de Entendimentos: "As transferências líquidas das

empresas estatais federais para o Banco Central não deverão ser inferiores a CR\$ 2.600 bilhões durante o período de 6 meses terminando em 30/06/1985".1

Asseguraram-se, assim, recursos suficientes ao pagamento dos juros da dívida, com sérias conseqüências para o desenvolvimento do país e para o funcionamento das estatais.

Naquele momento, países centrais do capitalismo se

preparam para concluir esse processo. Os governos de Ronald Reagan (EUA) e Margareth Thatcher (Inglaterra) abrem as portas para o neoliberalismo, através da imposição de medidas econômicas aos países em desenvolvimento, se valendo, é claro, do endividamento. Duas citações traduzem todo este processo: "Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas". (Margareth Thatcher, 1983, Primeira-ministra da Inglaterra)

"A solução implicará um sacrifício; eu prefiro que as nações endividadas assegurem suas obrigações externas frente aos credores com a ajuda de ativos reais, via cessão do patrimônio das empresas públicas" (Henry Kissinger, 1985, Ex-Secretário de Estado dos EUA).



CAMPANHA "TIREM AS MÃOS DA VENEZUELA"

Lançamento da campanha em Santa Catarina

Realizou-se em Florianópolis, Santa Catarina, o lançamento da campanha "Tirem as Mãos da Venezuela", em solidariedade e defesa da revolução em curso naquele país.

A iniciativa da atividade foi do Vereador Adilson Mariano (PT-Joinville), junto com outros parlamentares de Santa Catarina e do movimento das fábricas ocupadas. O início da campanha em Santa

Catarina contou com a presença, além dos parlamentares, de entidades sindicais, movimentos populares e simpatizantes.

Houve várias intervenções no sentido de que é necessário que a campanha tome corpo nacionalmente, pois somos o único movimento para contrapor todo o ataque feito pela burguesia contra a Venezuela.

"Não podemos nos base-

ar pelas informações dessa imprensa que está aí, é preciso criar formas de mostrar o que realmente está acontecendo na Venezuela para o povo Brasileiro" disse Cássio Turra, do gabinete do Deputado Estadual Padre Pedro Baldessera.

As falas dos participantes lembraram o momento revolucionário que vive a América Latina, onde Venezuela cumpre um papel fundamental.

"A Venezuela dá o tom da música que queremos que toque no Brasil, para isso é preciso conhecer profundamente o que fundamenta a revolução Venezuelana. É preciso que nos pautemos pelo que vive a Venezuela para que norteemos nossas ações no Brasil" lembrou Adelmir Jorge Paz Ortiz do Sindicato dos Marítimos de São Francisco do Sul.

O comitê se comprometeu em encaminhar as discus-

sões sobre a Venezuela nos lugares onde cada um intervém, seja no parlamento, nos sindicatos ou nos movimentos sindicais e populares.

Será organizada uma cartilha que discuta o momento que vive a Venezuela, a elaboração de um cartaz nacional para a campanha, bem como materiais que ajudem a difundir a campanha. Para se agregar à campanha, acesse o site: www.marxismo.org.br

INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE

Trem bala de que calibre?

Logo depois do acidente com o avião da TAM, jornais, revistas e noticiários de TV foram inundados de artigos sobre a necessidade de trens de passageiros, principalmente os chamados “trens de alta velocidade”, para ligar as duas maiores cidades do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

ROQUE FERREIRA

O governo Lula, mesmo antes de assumir o primeiro mandato, tinha pleno conhecimento da crise no setor de infraestrutura de transportes, principalmente em relação às ferrovias, mas deu sinal verde para estudos e implantação do trem aceitando com uma rapidez enorme os projetos apresentados por investidores estrangeiros sem questionamentos de maior fôlego.

A velocidade demonstrada agora contrasta com a lerdeza para admitir que as privatizações das ferrovias iniciadas no governo de FHC (Março de 1996) e mantidas no seu governo, só fizeram aumentar a crise, principalmente nos transportes de passageiros na média e longa distância.

O governo Lula teve todos os instrumentos necessários para reestruturar a infraestrutura de transporte, mas não quis fazê-lo. Deveria ter decretado a caducidade dos contratos de concessão de todas as operadoras privadas, revitalizado a RFFSA. Porém, atendendo os interesses do mercado e dos investidores, organizou e patrocinou a extinção de uma das maiores empresas do país, via medida provisória.

A RFFSA foi a primeira empresa a ser concedida à iniciativa privada sem que houvesse o marco regulatório. A ANTT foi criada em 05/06/2001, e tem como presidente José Alexandre Re-

sende, ex-diretor da RFFSA e que comandou ao lado de Isaac Popoutchi todo o processo de desmonte da empresa para privatização. As agências reguladoras, com total independência frente ao estado, se tornaram enclaves de defesa dos interesses privados que sugam a nação.

Empecilhos do Trem bala

Vários setores do empresariado agora clamam pela reformatação dos contratos de concessão para obrigar as controladoras privadas a ope-

rarem trens de passageiros, e fazem coro com o governo defendendo a implantação do trem bala, que pode vir a se constituir em mais um grande fracasso,

pois a viabilidade do projeto é extremamente duvidosa e os custos elevadíssimos.

Inicialmente, o projeto do trem bala São Paulo – Rio de Janeiro está orçado em US\$ 9 bilhões, e com certeza não existem empreendedores sobrando no mercado disposto a entrar nesta aventura, sem subsídios e contrapartidas do governo, motivados apenas por uma previsão pouco confiável de 32 milhões de passageiros/ano.

Segundo o professor Marcus Quintela, engenheiro de transporte e professor da FGV que estudou o projeto em profundidade, a projeção de demanda seria o maior empecilho para viabilização

do trem bala: “esta demanda sugere trens partindo do Rio de Janeiro e de São Paulo a cada 15 minutos, durante 14 horas por dia, todos os dias do ano, com 797 passageiros a bordo, em média. Isso corresponderia a uma frequência diária de 55 trens por sentido, com uma taxa de ocupação média de 93%”.

Para que os leitores possam ter uma idéia da grandiosidade deste projeto, em 2006 foram transportados de ônibus 3,6 milhões de passageiros na via Dutra, e 2,8 milhões na ponte aérea, sendo que pela Dutra ainda viajaram 2 milhões de pessoas entre as duas cidades, num total de 8,4 milhões.

O trem bala seria inaugurado em 2015, quando as pontes aéreas e rodoviárias estariam transportando 14 milhões de pessoas. Considerando que a perspectiva do trem é o de abocanhar 80% do mercado, 11,2 milhões de passageiros, ainda faltariam 20,8 milhões de passageiros para que a demanda inicial de 32 milhões possa ser cumprida.

A Coreia, que vem sendo usada como um dos exemplos que poderia ser seguido no Brasil, inaugurou o seu trem bala em 2004 ligando suas duas maiores cidades, Seul e Busan, com extensão de 412 Km. A obra levou 11 anos para ser concluída e custou US\$ 18,2 bilhões, sendo que

o governo subsidiou 35% do projeto e garantiu outros 10% de financiamento, cabendo à iniciativa privada 55%. A tarifa cobrada é de US\$ 41,00.

Os números demonstram que a construção do trem bala São Paulo - Rio de Janeiro é inviável sem aportes de grandes somas de dinheiro público, e sua sustentação operacional também dependeria de grandes somas de subsídio governamental, além do que é praticamente impossível a viabilidade financeira do trem bala verde amarelo mesmo com a previsão absurda de demanda de 32 milhões de passageiros anos, para a tarifa anunciada de US\$61,00.

A falta de demanda para projeto tão ambicioso e também pela inexistência de dinheiro público para garantir a implantação e operação do trem bala, que agora virou a “menina dos olhos” de Lula e dos grandes investidores e empreiteiros que estão na espreita para abocanhar recursos públicos para engordar seus lucros, são fatores que concorrem para sua impropietade.

Antes do trem bala há várias prioridades

Antes de pensar em

trem bala, o governo Lula deveria reestruturar todo o setor de transporte ferroviário, obrigando as operadoras privadas a realizarem os investimentos necessários para colocar trens de passageiros em circulação entre as princi-

“Antes de pensar em trem bala, o governo Lula deveria reestruturar todo o setor de transporte ferroviário, obrigando as operadoras privadas a realizarem os investimentos necessários para colocar trens de passageiros em circulação entre as principais cidades brasileiras.”

pais cidades brasileiras para atender a maioria da população. No caso específico da ligação São Paulo – Rio de Janeiro, existem projetos técnicos mofando nas gavetas do Ministério dos Transportes que demonstram claramente a viabilidade téc-

nica e operacional de se colocar em circulação trem com velocidade média de 120Km/hora, na malha que hoje é operada pela MRS-Logística, com custos de implantação infinitamente menores do que do tal trem bala, com demanda garantida e o preço médio das passagens em torno de US\$ 30,00.

Como medida transitória decretar a caducidade dos contratos das operadoras inadimplentes e que não cumpriram as cláusulas contratuais, preparando assim, o caminho para a reestatização da malha ferroviária, que deve estar sob o controle do Ministério dos Transportes, recuperando a capacidade do estado de propor e executar políticas públicas para o setor.



FÁBRICAS OCUPADAS SOB INTERVENÇÃO

A Frente Única reacionária para destruir o movimento das fábricas ocupadas

CARLOS CASTRO
DE JOINVILLE

Cada vez fica mais claro que a intervenção judicial, militarizada por 150 policiais federais, ocorrida em Joinville (SC), no dia 31 de Maio, na Cipla e Interfibra (fábricas ocupadas), foi produto de uma frente única reacionária para destruir esta experiência histórica dos trabalhadores.

Novos aliados, seja pela direita ou pela esquerda, se juntam com o objetivo comum de atacar o movimento, para que não fique “pedra sob pedra” deste “péssimo” exemplo para a burguesia. A Corrente O Trabalho e a Revista Veja foram os últimos a compor a aliança com a burguesia nacional, o aparelho do Estado (o Governo Lula, a Justiça Federal, a PF), e seus periféricos ideológicos (o Sindicato pelego dos Plásticos e os “boca de aluguel” locais), para linchar publicamente a direção do movimento.

Como os fatos são a matéria-prima dos marxistas, esta conclusão foi possível após conhecer o pretensioso balanço dos lambertistas, sobre o fim da ocupação da Cipla-Interfibra. Desenvolve pela “esquerda” os ataques contra a direção do movimento que está sob fogo cerrado da burguesia, sem tempo para respirar. A resposta a este documento pode ser acessado no blog www.tiremasmas-osedacipla.blogspot.com.

O último ataque veio da Revista Veja, na reportagem de três páginas “Ocupar e Arruinar”, de 29 de Agosto. Na abertura da matéria, o jornalista Duda Teixeira afirma que “num país que garante impunidade à violência política, é natural o surgimento de um grupo de lunáticos ansiosos por pavimentar o caminho da revolução com a tomada de fábricas (...)”.

Cego pela visão patronal,

o repórter trata do efeito e omite a causa. Não percebe que o processo de ocupação de fábricas é um movimento resultante da decomposição do regime da propriedade privada dos meios de produção.

Processos semelhantes já ocorreram em várias oportunidades na história, em momentos de crise aprofundada do capitalismo. Trotski no Programa de Transição, afirmava o seguinte: “O movimento operário da época de transição não tem um caráter regular e igual, mas febril e explosivo (...) As greves com ocupação de fábricas (...), escapam aos limites do regime capitalista normal. Independentemente das reivindicações dos grevistas, a ocupação temporária das empresas golpeia no cerne a propriedade capitalista. Toda greve com ocupação coloca na prática a questão de saber quem é o dono da fábrica: o capitalista ou os operários.”

Veja defende que cooperativa é a solução

Segundo a Veja, “A esperança é que seja decretada a falência das firmas. Dessa forma, poderiam formar cooperativas e assumir a administração das empresas”.

Quando até a Veja, uma revista claramente imperialista e neofascista, defende esta solução, as barbas do movimento operário deveriam ficar de molho. Afinal, só cego ou mal intencionado para não perceber que a política cooperativista é exatamente o que interessa à burguesia.

Na lei das cooperativas não há encargos sociais e nenhum direito trabalhista. Imaginando-se como novos patrões, os operários acabam se tornando carrascos de si mesmos, dando fim à perspectiva de combate como classe traba-



Parte da ilustração publicada na Revista Veja (29/08) estampa uma série de calúnias contra o movimento das fábricas ocupadas

lhadora.

As cooperativas não têm vida longa no mercado controlado pelas multinacionais. Com isso, à medida que a crise aperta, são obrigados a escolher, entre si, as “cabeças que vão cortar” e/ou se matar de tanto trabalhar.

A Esquerda Marxista tem convicção que frente à falência das empresas e o desaparecimento dos empregos, a única perspectiva realista é o controle operário da produção, a abertura dos livros (controle administrativo e financeiro) e a luta pela estatização para garantir todos os empregos com os direitos e de forma duradoura.

Interventor é derrotado na tentativa de demitir 200 operários

Preparando o terreno à cooperativa, o interventor havia decidido em reunião de seu Conselho Administrativo da Cipla a necessidade de enxugar, no mínimo, 26% da folha bruta de pagamento. No olho do furacão, estavam os aposentados, os ex-membros da comissão, os que receberam promoção e os admitidos a partir da redução da jornada de trabalho para 30 horas.

Com os salários em atraso desde Junho, os operários, ao

O QUE ACONTECE EM UMA FÁBRICA OCUPADA

Os principais cargos executivos são ocupados por militantes do movimento Fábricas Ocupadas, ligado ao PT

Aulas sobre a Revolução Russa são compulsórias e os funcionários precisam ler os livros indicados

Quem não comparece nas assembleias ou faz oposição é demitido

Funcionários são dispensados do trabalho para distribuir panfletos e CDs de políticos aliados

O dinheiro ganho pela empresa é utilizado para campanhas políticas



tomarem conhecimento desta

decisão, procuraram os dirigentes destituídos da Comissão de Fábrica. Uma batalha foi armada na porta da fábrica com a palavra de ordem: “Nenhuma Demissão! Fora Intervenção! Se demitir um, todos param”. Reuniões clandestinas foram organizadas com operários; a imprensa foi informada e o combate obrigou o interventor a recuar das demissões.

Comitê precisa de finanças para manter viva a luta pelo fim da intervenção

Para concretizar os próximos passos, o Comitê pelo fim da intervenção apela ao movimento sindical nacional, às lideranças políticas e populares para contribuir financeiramente na Conta do Comitê contra a Intervenção, para dar continuidade ao combate pelo

fim da intervenção nas fábricas ocupadas. (veja chamado de campanha financeira, com número da conta, no blog acima citado)

Para o último final de semana do mês de Novembro, prazo em tese do fim da intervenção, o Comitê está organizado um Tribunal Popular em Joinville. O objetivo é construir um evento com dirigentes dos movimentos sindical, popular e político, nacional e internacional. Portanto, agende a data, participe do processo organizativo e ajude a derrotar a intervenção nas fábricas ocupadas Cipla e Interfibra. Os interessados devem ligar para (0XX47) 3027-50-48 ou enviar e-mail para sergegou-lart@terra.com.br. O mesmo telefone e e-mail servem para confirmar os depósitos da contribuição financeira.



Interventor retira placa do Projeto Venezuela

NO FUNDO

A mesma “arquitetura financeira” que foi criada para espalhar o risco e perpetuar o sistema especulativo de empréstimo hipotecário dos EUA, agora transmuta sua função anterior para ser uma poderosa agente globalizadora do prejuízo. A crise de um sistema interno dos EUA é exportada totalitariamente para o resto do mundo, como a mensageira de uma monumental crise econômica global se aproximando.

JOSÉ MARTINS

Economista e editor do Boletim “Crítica Semanal da Economia”

Infelizmente, os acontecimentos atuais não foram suficientes para uma derrocada de Wall Street. Ainda não. Mas os abalos financeiros atuais são bem mais fortes que aqueles ocorridos na virada de fevereiro para março deste ano, cujo epicentro localizou-se nas bolsas de valores da China¹. Calcula-se, segundo a Bloomberg. Com, que essa hemorragia “enxugou” (wiped out) US\$ 5.56 trilhões do valor de mercado das ações globais, em menos de um mês. Um volume de valor maior que a produção anual do Japão estava em vias de virar pó.

Isso é muito bom, sinal que o ciclo se acelera.

Casas Fictícias

A volta das turbulências financeiras globais atinge principalmente os Estados Unidos (EUA), a Europa e o Japão, quer dizer, o núcleo duro do sistema imperialista. A crise financeira se irradiando do centro, não mais do fim do mundo do sistema. E o epicentro localiza-se inicialmente na Europa, não nos EUA, onde reside a suposta vilã da história, a bolha especulativa do mercado imobiliário e seus alucinantes emprés-

timos subprimes.

Em termos bem simples, o subprime é uma forma de empréstimo de “alto risco”, quer dizer, concedido a pessoas de crédito duvidoso ou que não têm como comprovar a renda. Nos últimos anos, principalmente nos EUA, proliferaram as hipotecas subprime, empréstimos tomados na expectativa de valorização contínua das casas hipotecadas. Na maior parte das vezes simplesmente para cobrir as prestações de outros empréstimos. As casas não são compradas com rendimentos, mas com crédito. E os novos créditos (e débitos) envolvem cada vez menos casas reais e cada vez mais casas fictícias.

Essa bolha de crédito, como qualquer outra, funciona apenas e tão somente enquanto os preços das casas reais estiverem em alta. Esse é o segredo do jogo. Um jogo tão antigo quanto a mercadoria, a moeda e os bancos. Nestas condições ainda favoráveis de mais um ciclo econômico do capital, se as pessoas não forem capazes de pagar suas dívidas, os bancos recuperam o seu dinheiro tomando e revendendo os imóveis hipotecados. Isso amortece o impacto do calote financeiro para os bancos e a “pirâmide da felicidade” pode seguir aumentando.

A construção de “pirâ-

mides” continua aumentando e globalizando, na esteira das novas facilidades tecnológicas de meios de comunicação e de outras profundas transformações institucionais ocorridas no sistema de crédito imobiliário dos EUA. Como exemplo dessas transformações, o governo estadunidense fomentou um mercado secundário de hipotecas capaz de tornar líquidos contratos de longo prazo, sob o comando de três instituições: Government National Mortgage Association, Federal National Mortgage Association e Federal Home Loan Mortgage Corporation. Importante: todo esse sistema altamente especulativo foi construído com garantias públicas diretas ou indiretas. Este é um caso muito ilustrativo de participação do Estado nas “liberalíssimas” economias dominantes. Foi através das mesas dessas três instituições-cassino – públicas nas garantias e privadas nos lucros dos capitalistas – que foi revendido para o sistema global, desde 2002, um

estoque de títulos subprimes de aproximadamente US\$ 1,3 trilhão.

Casas Reais

Cada banco ou financeira têm nesse novo sistema a liberdade de reunir os empréstimos de alto risco de sua carteira em novos títulos rastreados em hipotecas. Estes papéis, que agregam o valor de milhares de empréstimos isolados, são então fatiados e revendidos nos mercados secundários a outros bancos e especuladores financeiros em todo o planeta. E aparecem nas telinhas dos terminais de computadores como estranhas migalhas de capital portadoras de juros (não de tijolos), girando instantaneamente de um ponto qualquer para qualquer outro do mundo, mudando permanentemente de mãos e de propriedade. Propriedade de juros e não mais de casas.

Os especialistas do mercado chamam esse alucinante vídeo-game especulativo de nova “arquitetura finance-

ra”. E seria, para eles, a melhor forma de dispersar (e dissipar) o risco das operações, mantendo-se assim a eternidade do sistema. Mas isso seria verdadeiro se esse sistema fosse capaz de se autonomizar eternamente das condições reais do mercado imobiliário do país que gerou esse próprio sistema. Eles esquecem (ou desconhecem) a lei da gravidade da economia, quer dizer, a lei do valor-trabalho.

No caso do sistema do crédito imobiliário, eles desconhecem então que o ramo da Construção Civil é um ramo da indústria e obedece aos determinantes gerais da acumulação de capital dos demais ramos industriais. Quer dizer, essa “arquitetura financeira” depende sempre da arquitetura real da indústria da Construção Civil e dos preços de novas casas no mercado imobiliário dos EUA. E essa evolução dos preços das casas, da mesma forma que a evolução dos preços em geral das mercadorias industrializadas da economia, acaba finalmente determinando, em um ponto próximo do final do ciclo econômico geral, a tendência à elevação da taxa de juros das hipotecas e a luz vermelha para as operações dos bancos e outros players² do sistema.

Circular é preciso

Quando, nos últimos meses, as taxas de juros dos empréstimos começaram a subir, a tomada de imóveis pelos bancos credores subiu junto. Isso ajudou a deprimir ainda mais os preços das casas, que já estavam em baixa antes mesmo da elevação das taxas de juros. Existiam cada vez mais casas e cada vez menos preços. Mas o que interes-

CHARGE



DA BOLHA

sa ao capitalista é o valor de troca, não o valor de uso, não é assim que as coisas funcionam? Não é assim que funciona a superprodução de capital? Tudo isso passa muito longe das cabeças bitoladas da economia política dos capitalistas.

Além dessas determinações gerais da acumulação do capital na indústria da Construção Civil, as mercadorias produzidas neste ramo movimentam-se em um apertado espaço de circulação (ou de realização), no espaço do mercado interno. Não é por acaso que as casas que as pessoas usam para morar, assim como os prédios e instalações das indústrias, são chamadas de imóveis na esfera de circulação das mercadorias em geral. Os nomes pelos quais as coisas são historicamente chamadas também são importantes para se entender a sua natureza. As residências e as estruturas industriais são mercadorias produzidas como as outras, mas destinadas basicamente para consumo no local em que foram produzidas, para o mercado interno, não para serem exportadas e consumidas em outros países. Essa particularidade também é importante para a determinação dos Investimentos em Capital Fixo da economia: residenciais ou não-residenciais, etc.

É claro que o sistema de crédito é um importante instrumento, como se pode observar no desenvolvimento do ciclo atual, para o capitalista tentar burlar essas limitações desse cabeçudo valor de uso. Mas é exatamente por isso que as explosões dos sistemas de crédito imobiliário fazem muito mais barulho (embora não sejam as mais importan-

tes) do que as explosões dos outros sistemas. Nas últimas semanas, o mercado imobiliário estadunidense começou a apresentar de maneira mais clara uma terrível elevação de pressão sanguínea, uma verdadeira plethora de capital, que aparece na superfície do mercado apenas na sua forma popular de uma plethora de crédito: centenas de bancos e milhões de especuladores em todo têm nas mãos apenas o mico de milhões de tijolinhos fictícios, globalizados, que tiveram seu curso de circulação bruscamente interrompido.

As compras e vendas ciberespaciais de subprimes e outros produtos financeiros estão interrompidas em vários pontos do sistema financeiro global. Todos os vãos foram cancelados. Centenas de bancos e milhões de especuladores em todo o mundo se encontram nos últimos dias com volumosas perdas de capital, provocadas pela fulminante ação da lei da gravidade, quer dizer, da desvalorização dos títulos rastreados em hipotecas. As desvalorizações se espalham para todos os papéis da acumulação global de capital fictício. E quando se manifestam esses problemas detonados por uma bolha se desmanchando no ar, eles surgem em qualquer lugar do mundo e de maneiras que ninguém imaginava que fosse possível.

Economia do Imperialismo

A mesma “arquitetura financeira” que foi criada para espalhar o risco e perpetuar o sistema especulativo agora transmuta sua função anterior para ser uma poderosa agente espalhadora do prejuízo³.

CHARGE



*O Brasil está blindado
contra a crise
imobiliária dos EUA!!*



Nas últimas semanas, volumes incalculáveis de empréstimos subprime criados nos EUA surgiram nas carteiras de investimentos de grandes bancos, fundos de pensão, fundos hedge, e outros players na Austrália, Alemanha, Japão, França, Rússia, México, Cingapura, Coreia do Sul, China, e no resto do mundo.

A crise de um sistema interno dos EUA é exportada totalitariamente para o resto do mundo. É assim que funciona o desenvolvimento desigual e combinado do mercado mundial, a globalização e a sua histórica hierarquia de dominação imperialista. Essas coisas acontecem de maneira muito mais clara do que dez ou vinte anos atrás. Os mercados são mais homogêneos. O aprofundamento recente da globalização do capital reforçou ainda mais a liderança dos EUA naquela sinis-

tra hierarquia imperialista, situando-os também de maneira mais clara no “epicentro para o risco planetário”.

É o que se pode ler no editorial de 12/08/2007 do jornal inglês Financial Times: “Por que a Europa segue a liderança de Wall Street de forma tão submissa quando as economias de suas nações parecem ocupar estágio diferente no ciclo econômico? A globalização tem certa influencia nisso... Os mercados se internacionalizaram mais, à medida que a tecnologia facilita a negociação de diferentes classes de ativos, em continentes diferentes. Faz menos sentido falar sobre mercados acoplados do que falar sobre um mercado único, mais homogêneo. Os EUA ainda têm a maior economia do mundo e por isso representam a maior força nesse ambiente. Por fim, o único fator que impulsiona a

volatilidade do mercado está emergindo dos EUA. O colapso do “subprime”, concedido a pessoas com históricos de crédito precários, é um problema americano. Os mercados globalizados permitiram que empresas na Áustria, na França ou na Alemanha participem dos prejuízos... A posição central que o país ocupava nos mercados mundiais devido à sua condição de propulsor do crescimento global agora passa a se dever à sua condição de epicentro para o risco planetário”⁴.

Parece que os ingleses ainda sentem saudades do século 19, da gloriosa era vitoriana em que ainda ocupavam a liderança imperialista que agora pertence aos EUA. Mais que tudo, saudades daquela sua capacidade imperialista de exportar os efeitos mais catastróficos das suas crises econômicas – e, claro, o cortejo de revoluções sociais – irradiados da City de Londres para o velho continente.

1 - Tratamos daqueles abalos em nosso boletim “A muralha balança”, 1ª sem. de março 2007.

2 - Jogadores, agentes ou investidores do mercado de capitais.

3 - “O lado ruim de se espalhar o risco é que quando os problemas crescem o suficiente, afetam todos os mercados, a despeito de outros fatores fundamentais”, diz o professor Christopher Mayer, da Universidade Columbia, em Nova York, especialista em mercado imobiliário. (The Wall Street Journal/Valor, 13/08/07).

4 - Financial Times – “Globalização reforça liderança americana” in Folha de S.Paulo, 12/08/2007.

FORMAÇÃO INTERNACIONAL

Escola de Quadros Internacional

Em Barcelona, de 29 de Julho a 03 de Agosto a Escola de Quadros da CMI pautou centralmente os 90 anos da Revolução de Outubro e a revolução em curso na Venezuela!

Reunindo delegações de 26 países, 300 militantes comunistas, a Escola de Quadros da CMI (Corrente Marxista Internacional) se mostrou como uma atividade com alto nível de discussão embasado no materialismo histórico e dialético, coesionando e impulsionando toda a organização internacional.

Desde que a Esquerda Marxista no Brasil iniciou diá-

logo com a CMI na Venezuela, estamos organizando atividades conjuntas e cada vez mais identificamos pontos comuns na ação prática e na compreensão teórica do marxismo e da história. Para continuar esse diálogo, enviamos uma delegação de 5 camaradas à Barcelona que voltaram ainda mais convencidos de que as discussões com a CMI devem seguir no caminho de fazer o oposto que



Plenária de debates da Escola de Quadros Internacional



Miranda, coordenador do MNS e militante da Esquerda Marxista, na mesa de debate sobre a questão negra

as organizações que se reivindicam trotsquistas vem fazendo historicamente: ao invés de separar, vamos unificar!

A escola discutiu a Revolução Venezuelana, a Revolução Cubana, as idéias de Che Guevara, a situação em El Salvador, no México, no Paquistão, no Oriente Médio, na Dinamarca, na Irlanda, a história do PCR Inglês, Marxismo e Religião, o Fundamentalismo Islâmico, a Revolução Espanhola e os 90 anos da Revolução Russa. Além disso a delegação brasileira contribuiu com um informe sobre Brasil e a questão negra, com o camarada Miranda do

MNS (Movimento Negro Socialista), cuja discussão expressou a compreensão comum de todos os presentes contra as políticas de ações afirmativas, discriminação positiva, patrocinadas pelo imperialismo para dividir os trabalhadores em diversos países.

Sobre a revolução em curso na Venezuela, a compreensão comum das duas organizações de que se trata do ponto mais avançado da revolução mundial hoje, reafirma o quadro comum de nossa intervenção na Venezuela em apoio à construção da UNT e do PSUV.

Sobre os 90 anos da Revolução Russa, publicaremos um texto comemorativo na próxima edição do Jornal e já começamos a organizar atividades públicas também. Em algumas cidades estamos organizando plenárias de volta da Escola de Quadros abertas a apoiadores e simpatizantes. Entre em contato com nossos militantes para participar!

Trecho da fala de Alan Woods sobre a Venezuela

"Lênin disse que quem quiser ver uma revolução pura não viverá para vê-la. Trotsky explicou que a essência da revolução é a participação ativa das massas. Em todos os lugares a última coisa que um trabalhador quer discutir é política. Mas numa revolução tudo muda. Na Venezuela, nas ruas, bares, pontos de ônibus, fábricas, escolas, o que se discute é política. Por isso Chávez faz o chamado para o PSUV e mais de 5 milhões se inscrevem. Isso é uma revolução!"

ECONOMIA

CPMF: cortinas de fumaça

LUIZ BICALHO

A burguesia e a pequena burguesia, frequentemente, reclamam dos altos impostos. CPMF, ICMS, IPI...etc. Agora uma verdadeira grita se estabeleceu sobre a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), aquele pedacinho que toda vez que você deposita ou saca algum dinheiro no banco é retirado da sua conta. O PT, por sua vez, passa a defendê-la veementemente, após ter votado contra a sua criação (em 1996). Qual a verdade por trás desta discussão?

De forma geral, os impostos recaem mais sobre a classe trabalhadora que sobre a burguesia. O Imposto de Renda, que

deveria ser chamado de "imposto sobre o trabalho", significa mais de 8% da arrecadação total de impostos federais. Em comparação, lembremos que o imposto Territorial Rural (pago pelos latifundiários, quando pagam) representa 1% da arrecadação federal, rendimentos sobre capital 3,5% (menos da metade do que se arrecada com trabalho) e remessas para o exterior 1,2%! Ou seja, latifundiários e multinacionais (as que remetem lucros para o exterior) pagam 8 vezes menos impostos que os trabalhadores!

Lembremos que esta estrutura de tributos tem piorado cada vez mais contra a classe trabalhadora. Os impostos sobre remessas para o exterior diminuiram em virtude da necessidade

de "investimentos externos". A tabela do Imposto de renda, que chegou a ter 10 faixas, hoje só tem duas, sendo que todo trabalhador que ganhe mais de 1.300 reais por mês paga no mínimo 15% e acima de 2.300 reais paga 27%!

A antiga reivindicação do PT de "imposto sobre as grandes fortunas" foi esquecida. Uma estrutura justa de impostos deveria começar transformando o Imposto de Renda de Imposto sobre salário naquilo que o nome diz, isentando do imposto, por exemplo, os trabalhadores que ganham abaixo de 10 salários mínimos e criando faixas que progressivamente cheguem até a 50% da renda (no caso dos milionários). Mas isto não está nos pla-

nos do governo Lula...

Os argumentos sobre a CPMF giram em torno de que ela custeia a saúde e de que permite a fiscalização porque permite que se veja os valores movimentados em bancos. Mas, quem garante que os bancos repassem realmente as informações verdadeiras? E se quer ver as informações nos bancos, por que não se acaba com o sigilo bancário? Afinal, qual trabalhador teria problemas em mostrar os minúsculos reais que saem de sua conta? É a burguesia que tem necessidade de esconder o que ganha, são os traficantes de drogas e os corruptos que tem necessidade do sigilo bancário.

Quanto a custear a saúde, todo o dinheiro que entra no go-

verno vai para um caixa único e a maior parte serve para pagar juros da dívida (o famoso superávit primário). O problema não é manter a CPMF ou retirá-la, mas parar de pagar a dívida! É isto que garante a o dinheiro para saúde, educação, segurança, etc.

Nós, marxistas, não defendemos a CPMF. Mas muito menos nos juntamos à burguesia para atacá-la. Aos petistas, nós perguntamos: por que não retomar a proposta de imposto sobre grandes fortunas? Por que não retomar a proposta da CUT de não pagar a dívida? Por que não retomar a proposta do sindicato dos bancários de isentar do imposto de renda os trabalhadores que ganham menos de 10 salários mínimos?

MÉXICO

Liberdade a todos os presos políticos do México

Um destacamento de aproximadamente 1000 policiais atacou uma manifestação pacífica de estudantes, realizada em 6 de agosto na Cidade do México, que reivindicavam acesso à universidade. O protesto havia sido organizado pelo “Movimento dos Estudantes Não Admitidos” (MENA), uma campanha lançada pelo Comitê em Defesa da Educação Pública – Comitê de Luta Estudantil (Committee in Defence of State Education - Committee of Student Struggle, C E D E P - C L E P <http://cedep.militante.org>).

Como resultado desta ação brutal das autoridades do Distrito Federal, 8 estudantes foram presos, 4 deles membros da Tendência Marxista Militante. Numa resposta imediata, mais de 700 pessoas participaram de uma manifestação no Palácio Presidencial de los Pinos em 8 de Agosto. Em meio aos presentes, em sua maioria estudantes, estavam delegados da Assembléia Popular de Oaxaca (APPO), além de políticos de esquerda e organizações sindicais.

A campanha pela libertação dos estudantes presos ganhou amplitude. Em 16 de Agosto, 7 dos 8 companheiros presos foram libertados. Entretanto, Cesar Francisco Jay Aguilar, menor de idade, ainda está

retido no Conselho Tutelar de Menores.

As autoridades mexicanas acharam que com seu ataque destroçariam a organização estudantil mais combativa do México. Entretanto, a campanha organizada pelo movimento operário e pela comunidade universitária respondeu à agressão com muita mobilização.

Entretanto, os companheiros da Tendência Marxista Militante alertam que a liberação de 7 dos 8 presos não é motivo ainda para comemorar a vitória. Segundo eles, os companheiros saíram em liberdade sob fiança e ainda seguem submetidos a um processo judicial por delitos que não cometeram. Além disso, há ordens de prisão contra uma dezena de outros companheiros jovens: “Querem nos amarrar as mãos para que a burguesia possa avançar nas políticas de ataques contra a educação pública no México. Por isso, fazemos um chamado internacional para que o movimento operário e estudantil se oponha aos ataques à juventude revolucionária”.

Em 13 de Setembro, a Esquerda Marxista vai organizar em São Paulo ato pela liberdade dos presos políticos em frente ao consulado mexicano, integrando o dia de jornada internacional, a ser realizada em vários lugares do mundo.



Foto usada para a campanha pela liberdade dos presos políticos no México

Liberdade imediata a Adán Mejía López, preso político da APPO

O governo espúrio de Felipe Calderón vem colocando em prática a agressiva política de responder com violência às exigências legítimas da classe trabalhadora mexicana. Além das detenções arbitrárias ocorridas sob suas ordens na Cidade do México contra os companheiros da CLEP-CEDEP, mandou prender combatentes integrantes da APPO (Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca), entre os que se encontram Adán Mejía, jovens empenhados na causa de melhorar a miserável existência da maioria do povo de Oaxaca.

Adán Mejía López, membro da Tendência Marxista Militante, delegado da APPO e membro do Sindi-

cato Mexicano de Eletricitários foi preso na penitenciária de Ixcotel, em Oaxaca, produto da repressão de Ulises Ruíz durante mobilizações do fechamento em 16 de Julho. Adán foi falsamente acusado de delitos graves, como narcotráfico, sendo condenado a uma sentença de prisão de 15 anos.

Por isso, os companheiros da Tendência Marxista Militante do México convocam todo o movimento operário internacional a enviar moções de repúdio ao Presidente Calderón (felipe.calderon@presidencia.gob.mx) repudiando os ataques e perseguições à classe trabalhadora mexicana e exigindo a liberdade imediata e o fim das acusações falsas contra Adán Mejía.

A burguesia peruana e o Estado têm sido incapazes de desenvolver e prover uma infraestrutura adequada e segura no país para prever estas calamidades. Assim como a onda de frio que assolou o país há pouco, eram os pobres, crianças em sua maioria, que sofreram a catástrofe. A luta de classes nesta sociedade burguesa se revela ante estes desastres naturais, assim como ocorreu com o Furação Katrina nos EUA, ou com o terremoto no Paquistão

O Estado e seus governos pouco fizeram para levar a cabo uma verdadeira reforma urbana.

As moradias, avenidas, transportes, eletricidade etc. estão um caos. E isto acontece porque o Estado peruano tem um caráter burguês e semicolonial. Quer dizer, que está a serviço do imperialismo. Por isso que priorizam o pagamento da dívida externa (que se leva mais de \$ 2 Milhões ao ano), e não a dívida social com o povo pobre e trabalhador. A isto se deve o fato de que o governo não tem sequer um plano de Contingência. A incapacidade e ineficiência política de García Pérez e da direita refletem o caldeirão sem saída do capitalismo no Peru.

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE

Trabalhadores colombianos pedem solidariedade contra o fechamento de empresa

A Unilever cortará até 20 mil empregos nos próximos quatro anos, dentro dos esforços do grupo anglo-holandês para acelerar sua recuperação e combater o aumento nas commodities. Os cortes, equivalentes a cerca de 10% da força de trabalho, ocorrerão em sua maior parte na Europa e levarão ao fechamento de até 50 fábricas. A meta é alcançar uma economia anual de 1,5 bilhão de euros até 2010.

Os cortes da Unilever brasileira, na realidade, já aconteceram e se concentraram entre 2002 e 2005. Nesse período, houve uma redução próxima a 10% no quadro de funcionários. Em 2002, a Unilever tinha 13.797 funcionários, caindo para 12.494 pessoas em 2005. Hoje, a companhia possui 12,5 mil empregados e registrou no ano passado um faturamento de R\$ 9,5 bilhões.

Como consequência do anúncio mundial da Unilever a empresa Unilever Andina Colômbia anunciou o fechamento da fábrica de produtos pessoais na cidade de Bogotá, o que representa a perda de 1140 postos de trabalho e o desaparecimento da organização sindical SINTRA UNILEVER ANDINA na Colômbia. Os trabalhadores determinaram em assembléia geral que se colocarão em luta para resistir ao anúncio de fechamento da empresa, que está previsto para o próximo dia 21 de Outubro. Por isto, os companheiros colombianos pedem que o movimento sindical internacional e todas as organizações do movimento operário acompanhem e enviem moções de solidariedade contra o fechamento da fábrica e contra as demissões: “Estamos seguros que com este apoio poderemos deter esta medida e defender os empregos nesta fábrica na Colômbia”, diz Edgar Tolosa Gómez

Moções

Enviar notas de solidariedade à campanha contra o fechamento da unidade da Unilever na Colômbia para o email do presidente da Unilever Andina Colômbia, Sigfredo Valle: sigfredo.valle@unilever.com, com cópia para o email do Sindicato: siunilever@sky.net.co

PERU

O terremoto em ICA

Abaixo, reproduzimos trechos da análise feita pelos companheiros do 'El Peru Militante' sobre o terremoto e suas consequências. Para ver o artigo completo, acesse o site www.marxismo.org.br

O terremoto de 7.9 grados na escala Richter ocorrido no Peru já causou a morte de mais de 500 pessoas. Muitas dezenas de sobreviventes morreram devido à inação do Governo García. Até o dia 23 de Agosto, havia mais de 1600 feridos e mais de 30 mil famílias desabrigadas.

Não é certo que os desastres

naturais são difíceis de prever. Há que denunciar contundentemente que Jorge Olarte, Dr. em geotecnia do Centro de Investigações Sísmicas da Universidade Nacional de Engenharia alertou faz anos sobre o desastre natural que estão padecendo os trabalhadores peruanos. Assim, o Estado capitalista tinha conhecimento a respeito e não deu importância.

REFORMA CONSTITUCIONAL

A Reforma e a Revolução na Venezuela

Chávez dá um novo impulso à revolução venezuelana apresentando 33 reformas à Constituição. Os reacionários gritam que uma ditadura se instala, o que só pode provocar o riso de qualquer um que conhece a situação da Venezuela e que conhece o reino de "liberdade e democracia" imposto sob a base da corrupção e das baionetas pelos regimes "democráticos" capitalistas. O capital treme de medo e de ódio.

Já os sectários de direita e de ultra-esquerda no movimento operário e na pequena burguesia, incapazes de entender o processo de revolução permanente que se desenvolve, se somam à reação gritando que Chávez não faz tudo o que estes sectários sonharam que seriam uma revolução. Não entendem nem a revolução, nem a psicologia e nem as ações das massas. Sonharam com um esquema e agora estão gritando na estação enquanto parte o trem da revolução feita pelas massas.

O imperialismo sabe muito bem do que se trata. A mais prestigiosa revista econômica internacional, *The Economist*, escreve: "Marx, Engels y Cristo, é o que lê Chávez. E Chávez assina com 'pátria ou morte'. Como sempre, com o senhor Chávez a retórica pode andar na frente dos fatos, ou em outras palavras, ainda não estamos lá, mas a direção da viagem parece muito clara". E a direção da viagem é em direção à revolução proletária e a expropriação geral da burguesia.

Intertítulo: A seguir os principais pontos da reforma proposta por Chávez.

1. A decisão de Chávez de criar a obrigatoriedade constitucional de jornada máxima de seis horas de trabalho é de uma importância histórica. O Art. 90 da Constituição da Venezuela passa a determinar: "Para que os trabalhadores disponham de tempo suficiente para o desenvolvimento integral de sua pessoa, a jornada de trabalho diurna não excederá de seis horas diárias nem de trinta e seis horas semanais e a noturna

não excederá de seis horas diárias nem de trinta e quatro horas semanais. Nenhum patrão ou patroa poderá obrigar os trabalhadores, ou trabalhadoras, a trabalhar horas ou tempo extraordinário. Da mesma forma deverá programar e organizar os mecanismos para a melhor utilização do tempo livre em benefício da educação, formação integral, desenvolvimento humano, físico, espiritual, moral, cultural e técnico dos trabalhadores e trabalhadoras. Os trabalhadores e trabalhadoras têm direito ao descanso semanal e férias remuneradas nas mesmas condições que as jornadas efetivamente trabalhadas".

Esta decisão é de uma importância extraordinária para a classe trabalhadora. E está na contramão da necessidade burguesa de impor uma superexploração através da "redução do custo do trabalho".

O Movimento das Fábricas Ocupadas definiu a jornada de trabalho de seis horas na Cipla, em dezembro de 2006. Esta foi a primeira conquista revogada pelo interventor nomeado a pedido do governo federal, após a ocupação policial-militar da fábrica controlada pelos trabalhadores.

Adotar esta medida indi-

ca com que classe social pretende Chávez aprofundar a revolução venezuelana.

2. A decisão de modificar o Art. 112, que é onde se estabelece o papel do Estado de defesa do regime da propriedade dos grandes meios de produção, é um golpe neste regime e na classe burguesa. Este artigo atualmente diz: "O Estado promoverá a iniciativa privada...".

3. A reforma constitucional propõe: "O Estado promoverá o desenvolvimento de um Modelo Econômico Produtivo, intermediário, diversificado e independente, fundado nos

valores humanísticos de cooperação e de preponderância dos interesses comuns sobre os individuais, que garanta a satisfação das necessidades sociais e materiais do povo, a maior soma de estabilidade política e social e a maior soma de felicidade possível.

Desta forma incentivará e desenvolverá distintas formas de empresas e unidades econômicas de propriedade social, tanto

direta ou comunal como indireta e estatal, assim como empresas e unidades econômicas de produção e ou distribuição social, podendo estas ser propriedades mistas entre o Estado, o setor privado e o poder comunal, criando as melhores condições para a construção coletiva e cooperativa de uma Economia Socialista."

Ou seja, de promotor da propriedade privada, o Estado passa a promotor da propriedade social. Este artigo não



Anúncio de Chávez de Reforma Constitucional na Venezuela

elimina evidentemente a propriedade privada, mas lhe retira um apoio sem o qual não pode viver. Afinal, segundo o Manifesto Comunista, "O Estado moderno é o Comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa".

4. No Art. 115 que afirma: "Se garantirá o direito de propriedade"...

Sem eliminar o direito à propriedade, introduz todo o conceito de primazia da propriedade social sobre a proprie-

dade privada e conclui com o que é um enorme passo: O direito de "... sem prejuízo da faculdade dos Órgãos de Estado, de ocupar previamente, durante o processo judicial, os bens objeto de expropriação, conforme os requisitos estabelecidos na lei". Para o movimento operário isto é, na Venezuela, um enorme avanço e instrumento de mobilização. As fábricas ocupadas passam a poder,

“O Estado burguês na Venezuela está em desagregação acelerada nos últimos anos. Esperamos que a adoção destas reformas, por voto popular, em dezembro de 2007, seja um elemento de aceleração e de construção da auto-organização da classe trabalhadora e das massas oprimidas para avançar em direção ao fim do regime da propriedade privada dos grandes meios de produção.”

legalmente, ser assumidas por órgãos governamentais rapidamente após a ocupação.

5. Enquanto vemos em todo o mundo os governos, inclusive o governo Lula, pri-

vatizando estradas e a Seguridade Social, Chávez reafirma no Art. 156 que "É de competência do Poder Público Nacional: ... o regime e organização da Seguridade Social..., a conservação e administração e aproveitamento das autopistas e estradas nacionais".

Além disso reafirma que é competência do Estado a exploração, industrialização e comércio das reservas de petróleo, gás e outros minerais.

6. No atual Art. 158, que é onde se "garante" que o papel do Estado é de "aprofundar a democracia", se introduz o conceito de "Democracia Socialista", completamente estranho ao Estado burguês: "O Estado promoverá como política nacional a participação protagônica do povo transferindo poder e criando as melhores condições para a construção de uma Democracia Socialista".

7. No Art. 184 introduz um elemento de auto-organização das massas: "A Comunidade organizada terá como máxima autoridade a Assembléia de cidadãos que com tal virtude designa e revo-

CONTINUANDO...

ga os órgãos do Poder Comunal nas comunidades, Comunas e outros entes político-territoriais que se conformem na cidade, como unidade política primária do território". Cabe ao movimento popular e operário tomar isto ao pé da letra e estabelecer verdadeiros órgãos de poder dos oprimidos e explorados".

8. Atualmente a Constituição da Venezuela reza o mesmo que o Brasil, os EUA, e outros países onde a eleição da democracia burguesa é apresentada como uma verdadeira democracia. O que é uma tremenda farsa, como sabem todos os socialistas.

9. O Art. 225 diz que atualmente o mandato é de seis anos e que o presidente só pode ser reeleito uma vez. Com a reforma passa a ser de sete anos e o presidente pode ser reeleito sem impedimentos para outros períodos.

Imediatamente se armou uma gritaria reacionária acusando Chávez de pretender ser

um ditador. A histeria é hipócrita pois não há qualquer impedimento para esta reeleição na França, Alemanha, Itália e outros países. Aliás, a eleição e, portanto, a reeleição, é produto do mandato conferido e ninguém deveria ter o direito de decidir quem o povo "não" pode eleger como seu representante. O povo deve poder eleger e revogar livremente os mandatos.

O Art. 307 passa a afirmar: "Se proíbe o latifúndio por ser contrário ao interesse social. A República determinará mediante Lei a forma na qual os latifúndios serão transferidos para a propriedade do Estado ou dos entes ou empresas públicas, cooperativas, comunidades ou organizações sociais capazes de administrar e fazer produtivas as terras". Esta é uma medida que dará um impulso imenso à economia e salvará milhões de venezuelanos. É a Reforma Agrária que esperam milhões de brasileiros.

Chávez convoca a criação de uma Internacional de Partidos de Esquerda

Em 25/08/07, em uma concentração do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), Chávez convocou partidos e movimentos de esquerda de América Latina e do Caribe a realizar, em 2008, uma reunião para criar uma organização internacional.

Ao falar para milhares de militantes do PSUV, Chávez disse que: "O ano de 2008 poderia ser muito bom para convocar uma reunião de partidos de esquerda na América Latina e aí organizar uma espécie de Internacional, uma organização de partidos e movimentos de Esquerda da América Latina e do Caribe".

"Há um ressurgimento da consciência dos povos e daí devem seguir crescendo os movimentos, líderes y lideranças de una esquerda nova, de um projeto novo", expressou.

Neste Encontro, Chávez pediu aos militantes do PSUV uma ofensiva para garantir a aprovação, em referendo nacional, do projeto de reforma constitucional apresentado para avançar em direção ao socialismo.

A construção de uma Internacional revolucionária que organize a classe trabalhadora é uma necessidade inadiável. O programa desta Internacional, para ser consequente, deve estar baseado nas conquistas teóricas e políticas da história do movimento operário internacional, o programa dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista (antes do stalinismo) e no programa de Transição (programa de fundação da 4ª Internacional) que em 2008 faz setenta anos e é inteiramente atual. No próximo jornal Luta de Classes voltaremos ao assunto.



Trabalhador venezuelano espera a chegada de Chávez, antes de discurso em que propôs mudanças na Constituição

10. O Art. 318 atual afirma: "O objetivo fundamental do Banco Central da Venezuela é conseguir a estabilidade de preços e preservar o valor interno e externo da unidade monetária... O Banco Central da Venezuela é pessoa jurídica de direito público com autonomia para a formulação e o exercício das políticas de sua competência.

11. A reforma inverte isso: "O sistema monetário nacional deve buscar a conquista dos fins essenciais do Estado Socialista e o bem estar do povo, acima de qualquer outra consideração... O Banco Central da Venezuela é pessoa jurídica de direito público sem autonomia para a formulação e o exercício das políticas correspondentes e suas funções estão submetidas à política econômica geral e ao Plano Nacional de Desenvolvimento para alcançar os objetivos superiores do Estado Socialista e a maior soma de felicidade possível para o povo."

12. E por fim, adota medidas que, evidentemente, não fazem parte das disposições do Estado burguês para manter a "Lei e a Ordem". O Art. 328 atual afirma: "A Força Armada Nacional constitui uma instituição essencialmente profissional, sem militância política, organizada pelo Estado para garantir a independência e a soberania da Nação ... está a serviço exclusivo da Nação e em nenhum caso de pessoa ou parcialidade política alguma. Seus pilares fundamentais são disciplina, a obediência e a subordinação". Ou

seja, é o instrumento da reação disfarçado de "neutro".

A reforma define que "A Força Armada Bolivariana constitui um corpo essencialmente patriótico popular e antiimperialista, organizada pelo Estado para garantir a independência e a soberania da Nação, preservá-la de qualquer ataque externo ou interno e assegurar a integridade do espaço geográfico, mediante o estudo, planificação e execução da doutrina militar bolivariana, a aplicação dos princípios da defesa militar integral e a guerra popular de resistência ... No cumprimento de suas funções estará sempre a serviço do povo venezuelano em defesa de seus sagrados interesses e em nenhum caso ao da oligarquia ou poder imperial estrangeiro. Seus pilares fundamentais são esta constituição e as leis assim como a disciplina, a obediência e a subordinação. Seus pilares históricos estão no mandato de Bolívar: "libertar a pátria, empunhar a espada em defesa das garantias sociais e merecer as bênçãos do povo".

13. E no Art. 329 constitui a "Milícia Popular Bolivariana como parte integrante da Força Armada Bolivariana" e determina que seja composta pelas "unidades e corpos da reserva militar", que são mais de um milhão e meio de venezuelanos que foram convocados por Chávez a se alistar na Reserva Militar nos últimos anos para preparar-se para resistir a uma invasão norte-americana. A composição, portanto, da Milícia Po-

pular Bolivariana é essencialmente popular e nunca é demais lembrar o papel revolucionário que jogou a Guarda Nacional na Comuna de Paris.

O Estado burguês na Venezuela está em desagregação acelerada nos últimos anos. Esperamos que a adoção destas reformas, por voto popular, em dezembro de 2007, seja um elemento de aceleração desta desagregação e de construção da auto-organização da classe trabalhadora e das massas oprimidas para avançar em direção ao fim do regime da propriedade privada dos grandes meios de produção. O caminho apontado, e necessário, é claro: apesar das inevitáveis confusões e equívocos políticos, frutos da ausência de um verdadeiro partido revolucionário marxista, o caminho apontado vai em direção ao estabelecimento de um regime de propriedade coletiva e planificada centralmente como única saída da barbárie capitalista.

Os olhos de centenas de milhões de oprimidos de todo o mundo estão voltados para a revolução venezuelana.

SERGE GOULART

Membro do Diretório Nacional do PT e Coordenador do Movimento de Fábricas Ocupadas



Na faixa atrás de Chávez (que está cortada), está estampado NO FMI

67 ANOS DA MORTE DE TROTSKY

Assinaram Trotsky há 67 anos, mas o marxismo revolucionário vive!

Neste ano de 2007, completa-se 67 anos do assassinato de Leon Trotsky por um agente stalinista. Relembrar esse terrível fato é importante para restabelecer algumas verdades sobre a vida e o combate do principal líder da revolução soviética ao lado de Lênin, e também para analisar a atualidade de seu pensamento.

Para começar, é preciso rechaçar alguns preconceitos divulgados pela burguesia e seus lacaios, que buscam igualar Lênin e Trotsky a Stálin, com o intuito de desqualificar a revolução de 1917 e a ex-URSS. Em boa medida, também é preciso explicar a alguns militantes socialistas e comunistas que não se deve responsabilizar Trotsky pela existência de grupos sectários e aventureiros, só porque essas seitas se reivindicam “trotskistas”.

Trotsky nunca foi um secretário. Antes de condená-lo, é preciso estudá-lo e permanecer fiel à luta da classe operária para reconhecer que o trotskismo é uma corrente nascida dos bolcheviques que sempre desenvolveu e aprofundou os ensinamentos de Marx, Engels, Lênin e da luta de classes, até os dias de hoje.

Algumas concepções fundamentais

Formalmente independente do partido bolchevique - ao qual se ligaria somente há alguns anos mais tarde - mas sempre dialogando e construindo ações comuns com ele, Trotsky começa a desenvolver uma importante teoria, a partir da abertura do processo revolucionário russo em 1905. Teoria cuja elaboração final se unificou ao combate de Lênin por um governo operário e camponês na Rússia.

Trata-se da dinâmica da

Revolução Permanente, que busca enxergar e explicar porque as classes dominantes de um país subdesenvolvido são incapazes de conduzir até o fim um verdadeiro processo de independência nacional frente aos países capitalistas mais avançados.

Naquela época, um monarca (czar) comandava a Rússia e os liberais (que reivindicavam uma constituição republicana) eram incapazes de liderar qualquer ação de massa para derrubar o regime. E pior, sempre acabavam por se unir ao czar no combate às classes populares.

Para Trotsky, quanto para Lênin, a luta por um governo operário e camponês era necessária não só para a conquista de liberdades democráticas e a reforma agrária, mas também como um processo para ampliar a agitação e a organização pelo socialismo.

Um dos principais suportes dessa teoria foi o reconhecimento da lei do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, ou seja, do fato de que as nações atrasadas não passariam por uma evolução semelhante às das nações avançadas por estarem submetidas a elas no mercado mundial. Dessa forma, caberia à classe operária alcançar o poder político, não só para derrubar o regime político e dar terra aos camponeses, mas por seus próprios métodos, tomar as fábricas, os bancos e dar início à construção do socialismo, mesmo em nações atrasadas e onde a classe operária é numericamente inferior.

É claro que isso não significa abandonar as lutas de caráter nacional ou antiimperialista. Pelo contrário, trata-se de ajudar a classe trabalhadora a desenvolver uma ação política independente das outras classes

sociais para levar a luta de libertação nacional até o fim, até o socialismo.

Inúmeras vezes essa teoria foi comprovada. As revoluções russa, chinesa e cubana são exemplos disso, mas infelizmente, há muitos mais exemplos de derrotas do que de vitórias, ou seja, de revoluções que começaram com um caráter nacionalista e não desembocaram no socialismo.

Aliás, isso nos ensina que as revoluções que hoje varrem o continente sul-americano precisam avançar ao socialismo, com a classe trabalhadora jogando seu papel dirigente das nações oprimidas, sob pena de sofrer um revés reacionário mais cedo ou mais tarde.

A URSS

Sem dúvida, o principal legado da classe trabalhadora é a vitória da revolução russa em 1917, conduzida pelo partido bolchevique. É bom lembrar que coube a Trotsky liderar o Comitê Militar do Soviet de Petrogrado, ou seja, o centro político e militar da insurreição operária e camponesa. E meses depois, foi o responsável pela organização do vitorioso Exército Vermelho, que garantiu o poder soviético numa sangrenta guerra civil contra o exército contra-revolucionário financiado pelas potências imperialistas.

Anos mais tarde, surge e se desenvolve uma casta burocrática no poder (liderada por Stálin), devido à devastação econômica da URSS saída da guerra civil - que a obrigou a fazer concessões neste terreno a fim de reorganizar rapidamente a indústria, a agricultura e o comércio (pois a fome se aproximava) - e ao seu isolamento, como única nação socialista em meio ao capitalismo.



Leon Trótski tem decisiva atuação na Revolução Russa de 1917. Organiza e comanda a milícia popular revolucionária, conhecida como Exército Vermelho

Concentrando cada vez mais poderes, Stálin busca justificar a degeneração do regime soviético com a pseudo “teoria do socialismo em um só país”. Trotsky organiza então uma Oposição para disputar os rumos do partido e do Estado proletário, para salvaguardar a revolução e os princípios leninistas. Porém, todos os adeptos da Oposição, velhos bolcheviques e militantes de base, tiveram que enfrentar uma terrível máquina de repressão, tortura, perseguição política e expurgos. Muitos sucumbiram e Trotsky foi expulso da URSS e da III Internacional. No entanto, continuou a combater, em uma situação cada vez mais difícil, pois o stalinismo se consolidava pela força no poder, enquanto se aproximava a II Guerra Mundial.

O Programa de Transição e a IV Internacional

Percebendo a aproximação da guerra, Trotsky primeiramente busca re-orientar a III Internacional - que fazia zigzagues perigosos para manter o status quo da burocracia stalinista ao invés de preparar o proletariado. Ao mesmo tempo, passa a defender uma revolução política na URSS, que pudesse restabelecer a democracia operária e reacender o farol revolucionário para a humanidade.

Após a capitulação do Partido Comunista Alemão frente ao nazismo (que abriria caminho à guerra) e vendo que nenhuma grande ala se formou na Internacional para questionar essa política, Trotsky se lança “na maior batalha de sua vida”, como posteriormente confessou, a construção da IV Internacional.

Assim, em 1938, uma Conferência Mundial funda a IV Internacional com base no documento redigido por Trotsky, o Programa de Transição, que é um sistema de reivindicações transitórias que partem do atual estágio das massas para fazê-las derrubar a burguesia e construir o socialismo.

Também é característico do Programa de Transição, o reconhecimento de uma crise de direção revolucionária do proletariado que amortece e desvia as massas de seu objetivo histórico e a necessidade então, da classe trabalhadora se agrupar em torno de uma nova bandeira vermelha, sem manchas, a IV Internacional!

É a toda essa história e combate que nos referenciamos quando lembramos os 67 anos do assassinato de Trotsky. Mas sua morte não significa o fim do marxismo revolucionário, pelo contrário, as próximas batalhas e revoluções honrarão a bandeira que ele defendeu até o fim da vida.